

LUIZ EDUARDO MARTINS DE ALMEIDA

LUCAS SILVA SIQUEIRA

**PROCEDIMENTO DE AUDITORIA APLICADO NA GESTÃO DE INFORMAÇÃO
TRIBUTÁRIA EM UMA EMPRESA NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RO**

Ji-Paraná

2025

LUIZ EDUARDO MARTINS DE ALMEIDA

LUCAS SILVA SIQUEIRA

**PROCEDIMENTO DE AUDITORIA APLICADO NA GESTÃO DE INFORMAÇÃO
TRIBUTÁRIA EM UMA EMPRESA NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RO**

Artigo Científico apresentado ao Centro
Universitário Afya de Ji-Paraná, para
obtenção de grau na disciplina de Trabalho
de Conclusão de Curso em Ciências
Contábeis.

Orientadora: Prof. Esp. Aleyce Tayne De
Oliveira Baquer.

Ji-Paraná

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

A447p Almeida, Luiz Eduardo Martins de.

Procedimento de auditoria aplicado na gestão de informação tributária em uma empresa no município de Ji-Paraná-RO. / Luiz Eduardo Martins de Almeida; Lucas Silva Siqueira. – Ji-Paraná, 2025.

38 p.; il.

Artigo Científico (Curso de Ciências Contábeis) – Afya Centro Universitário de Ji-Paraná, 2025.

Orientadora: Profª. Esp. Aleyce Tayne de Oliveira Baquer.

1. Auditoria Interna. 2. Controles Internos. 3. Gestão Tributária. 4. Conformidade Tributária. 5. Obrigações fiscais. 6. Informação Fiscal. I. Siqueira, Lucas Silva. II. Baquer, Aleyce Tayne de Oliveira. III. Título.

CDU 657.6(811.1)

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Bibliotecário Giordani Nunes da Silva CRB 11/1125

PROCEDIMENTO DE AUDITORIA APLICADO NA GESTÃO DE INFORMAÇÃO TRIBUTÁRIA EM UMA EMPRESA NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RO¹

Luiz Eduardo Martins de Almeida²

Lucas Silva Siqueira³

RESUMO

A auditoria interna representa um conjunto de procedimentos utilizados para verificar a eficiência e a efetividade dos controles internos adotados pelas organizações. Este estudo examina os procedimentos de controle utilizados na gestão da informação tributária em uma empresa situada em Ji-Paraná-RO. A relevância está na aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no curso de Ciências Contábeis, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão tributária e do processo decisório. A pesquisa, inserida na área de Ciências Sociais Aplicadas, fundamenta-se no método dedutivo, classificada como aplicada e exploratória, com abordagem qualitativa e método bibliográfico. Foram executados procedimentos de auditoria interna operacional, identificando nove achados: 50% em conformidade, 25% parcialmente conformes e 25% não conformes. As principais fragilidades envolvem falhas na gestão de prazos, controle de documentos fiscais e entrega de guias de ICMS, com prejuízos de R\$4.378,17. Os pontos fortes incluem recebimento adequado de documentos, parametrização de sistemas e segurança no armazenamento. Conclui-se que, embora exista estrutura funcional de controle, são necessárias melhorias nas áreas críticas para fortalecer a governança tributária, reduzir riscos operacionais e assegurar maior confiabilidade das informações fiscais.

Palavra-Chave: Auditoria Interna; Controles Internos; Gestão Tributária; Conformidade Tributária, obrigações fiscais; Informação Fiscal.

AUDIT PROCEDURE APPLIED IN THE MANAGEMENT OF TAX INFORMATION IN A COMPANY IN THE MUNICIPALITY OF JI-PARANÁ-RO

ABSTRACT

Internal audit represents a set of procedures used to verify the efficiency and effectiveness of internal controls adopted by organizations. This study examines the control procedures applied to the management of tax information in a company located in Ji-Paraná, RO. Its relevance lies in the practical application of knowledge acquired during the Accounting Sciences course, aiming to contribute to the improvement of tax management and the organization's decision-making process. The research falls within the field of Applied Social Sciences, based on the deductive method, classified as applied and exploratory, with a qualitative approach and bibliographic method. Operational internal audit procedures were carried out, identifying nine findings: 50% compliant, 25% partially compliant, and 25% non-compliant. The main weaknesses involve failures in deadline management, control of tax documents, and delivery of ICMS guides, resulting in financial losses of R\$4,378.17. Strengths include proper receipt of documents, system parameterization, and secure storage. It is concluded that, although a functional control structure exists, improvements are needed in critical areas to strengthen tax governance, reduce operational risks, and ensure greater reliability of tax information.

¹ Artigo Científico apresentado no curso de graduação em Metodologia do Ensino Superior do Centro Universitário Afya Ji-Paraná 2025, como Pré-requisito para conclusão do curso de Ciências Contábeis, sob orientação da professora Especialista em Controladoria, Auditoria, Perícia Contábil e Gestão de Instituições Públicas. Aleyce Tayne de Oliveira Baquer. E-mail: aleycebaquer@gmail.com

² Luiz Eduardo Martins de Almeida, graduando em Ciências Contábeis em Metodologia do Ensino Superior do Centro Universitário Afya Ji-Paraná, 2025. E-mail: almeidaluiz02@gmail.com

³ Lucas Silva Siqueira, graduando em Ciências Contábeis em Metodologia do Ensino Superior do Centro Universitário Afya Ji-Paraná, 2025. E-mail: lucassqr5@gmail.com

Keywords: Internal Audit; Internal Controls; Tax Management; Tax Compliance; Tax Obligations; Tax Information.

1. INTRODUÇÃO

A gestão eficiente da informação tributária é um dos maiores desafios enfrentados pelas empresas atualmente. O correto cumprimento das obrigações fiscais exige das empresas não apenas conhecimentos técnicos, mas por outro lado exige também organização, controle e atualizações constantes. Diante disso, os erros no tratamento das informações fiscais podem acarretar consequências significativas, como multas, autuações e outras penalidades, como prejuízo na imagem da instituição.

Para a empresa de Assessoria Contábil observa-se que há necessidade de melhorias nos controles e monitoramento das informações recebidas e passadas para os clientes. Para a melhoria na gestão da informação tributária, utiliza-se da técnica de auditoria interna na qual compreende o processo de avaliação dos controles internos. Nesse contexto, a aplicação do procedimento de auditoria interna contribui para a melhoria da gestão de uma empresa de assessoria contábil no Município de Ji-Paraná?

A presente pesquisa tem como seu principal questionamento por meio das hipóteses que a aplicação do procedimento da auditoria interna poderá contribuir para a melhoria da gestão de uma empresa de Assessoria Contábil no Município de Ji-Paraná que busca avaliar os controles e níveis de controle na empresa, para garantir a relevância das informações fiscais nos processos operacionais.

A empresa na qual será realizada a pesquisa, por sua vez, desempenha um papel importante e estratégico na orientação e no cumprimento de obrigações tributárias de seus clientes. No entanto, a sobrecarga de dados, a grande diversidade de legislações e a falta de padronização nos processos tornam a gestão fiscal uma atividade passível de falhas. Assim é necessário o desenvolvimento de mecanismos que garantam a confiabilidade, a transparência e a conformidade dessas informações.

O presente estudo justifica-se pela relevância do tema e pela necessidade de avaliar como os processos de auditoria contribuem para a organização, o controle e a confiabilidade das informações tributárias, propondo melhorias nos controles internos e na gestão da informação tributária. O presente artigo, contribuiu de forma significativa para os acadêmicos ao aprofundar o entendimento sobre aplicação da

auditoria como uma técnica estratégica na gestão da informação tributária, oferecendo subsídios teóricos e práticos que podem ser replicados em outros setores da empresa.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a aplicação dos procedimentos de auditoria na gestão da informação tributária em uma empresa de assessoria contábil no Município de Ji-Paraná, que busca compreender de que forma essa prática pode contribuir para a eficiência operacional, a conformidade fiscal e a melhoria contínua nos serviços prestados.

Para o alcance desses objetivos, foram definidos objetivos específicos em: analisar os principais desafios enfrentados na gestão da informação tributária na rotina da empresa, analisar a eficácia dos controles internos na prevenção de erros e inconsistências nas obrigações fiscais e propor melhorias nos processos e controles das informações tributárias com base na análise dos procedimentos de auditoria.

Para execução desta pesquisa, foi realizada a classificação de acordo com os critérios científicos, quanto a área de conhecimento enquadra-se como ciência social aplicada, quanto sua estruturação método dedutivo, referente ao objetivo classifica-se como exploratório, na finalidade classifica-se como aplicada, quanto ao método empregado da pesquisa utiliza-se o bibliográfico, com caráter qualitativo.

O artigo foi estruturado no método dedutivo, que compreende partir dos conceitos mais abrangentes ao específico. Será abordado as premissas gerais sobre importância da Contabilidade, Gestão da informação Tributária, Controle e por fim, Auditoria, na qual delimita-se Auditoria Interna Operacional e nos procedimentos de auditoria interna operacional, fundamentação teórica do que será aplicado para o alcance dos resultados que se pretende por meio desta pesquisa.

Na execução da Auditoria Interna Operacional, realizou-se conforme normas e legislações aplicadas, incluindo o diagnóstico, planejamento e elaboração dos papéis de trabalho. As informações coletadas sustentaram uma opinião técnica com ressalvas sobre os controles internos analisados. A pesquisa, de abordagem qualitativa e exploratória, aplicou esses procedimentos na empresa de Assessoria Contábil no Município de Ji-Paraná - RO.

2. CONTABILIDADE

A contabilidade é classificada como uma ciência social aplicada, cuja principal finalidade é estudar, controlar e interpretar o patrimônio das entidades, sejam elas pessoas físicas ou jurídicas. Seu surgimento remonta à necessidade humana de registrar os fatos econômicos e patrimoniais, desempenhando papel fundamental na organização e no controle das atividades econômicas. Ao longo do tempo, acompanhando a evolução das relações sociais e comerciais, a contabilidade transformou-se em uma ciência dotada de método, lógica e propósito.

Segundo Montoto e Lenza (2025, p. 1), “a Contabilidade é uma ciência social que estuda o Patrimônio de uma entidade econômico-administrativa, pessoa física ou jurídica, com o objetivo de obter registros classificados e sintetizados dos fenômenos que afetam a sua situação patrimonial, financeira e econômica”. Essa definição evidencia o papel da contabilidade como instrumento de registro, análise e síntese dos eventos que influenciam os recursos das organizações.

Além de seu caráter técnico e informativo, a contabilidade exerce função estratégica na tomada de decisões. Marion (2022, p. 23) destaca que “a Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa”. Nesse sentido, evidencia-se sua relevância no apoio à gestão, ao controle interno e à transparência organizacional, principalmente em um ambiente econômico cada vez mais competitivo e complexo.

Dessa forma, é possível afirmar que a contabilidade evoluiu de um simples conjunto de registros empíricos para uma ciência estruturada, sendo indispensável à administração eficiente das entidades. Sua ausência implicaria em decisões desorientadas e arriscadas, assemelhando-se à condução de uma organização sem instrumentos de navegação. Assim, a contabilidade consolida-se como ferramenta essencial para o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade das instituições.

2.1 Contabilidade Gerencial

A contabilidade gerencial representa um significativo marco na revolução da ciência contábil, pois deixa a tradicional função de registros de fatos econômicos e assume um papel de instrumento no apoio na tomada de decisão. Segundo Crepaldi

e Crepaldi (2017, p. 3), “o processo da contabilidade gerencial deve ser obtido por meio de processamento da coleta de dados e informações que serão armazenadas e processadas dentro do sistema de informação da empresa”. Com a Integração das informações realizadas dentro de vários departamentos, a contabilidade gerencial é um instrumento essencial para a gestão eficiente de uma empresa, essas informações são centralizadas dentro de um sistema para que seja relevante na tomada de decisão.

O principal objetivo da contabilidade gerencial é planejar e oferecer suporte, que permitem avaliar o desempenho das atividades realizadas e entregues através de informações claras e objetivas para atender de acordo com a necessidade de cada usuário. De acordo com Silvio Aparecido Crepaldi e Guilherme Simões Crepaldi (2017, p.7),

Contabilidade gerencial é o ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais. É voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, por meio de um adequado controle dos insumos efetuado por um sistema de informação gerencial.

A contabilidade gerencial é uma forma de aplicação das técnicas contábeis com um foco voltado para a gestão da organização, auxiliando nos detalhamentos das informações para ser assertivos no planejamento, controle e na tomada de decisão. Segundo Ludícibus (2020, p.4),

A Contabilidade Gerencial tem em seu cerne única e exclusivamente a finalidade interna de atender à administração da empresa, com informações úteis, tempestivas e confiáveis para um processo de decisão assertivo do gestor.

De maneira geral, pode afirmar-se que, todo procedimento, técnicas, informações ou relatórios contábeis, fornecidos para que a administração se utilize na tomada de decisão, ou na avaliação de desempenho sejam gerados pela Contabilidade Gerencial.

2.2 Gestão da informação tributária

A gestão da informação tributária tem seu enfoque no processo de organização, controle e uso estratégico das informações relacionadas às obrigações fiscais de uma entidade. No que se refere ao escritório de Assessoria Contábil, o grau de conformidade quanto às informações tributárias, são de grande importância para

se ter uma boa conformidade diante das atividades operacionais. A gestão da informação também envolve o acompanhamento das legislações vigentes e o correto cumprimento das obrigações fiscais.

De acordo com Barreto, Zanin e Moraes (2018, p. 21) “as informações têm importância significativa para as empresas, estando relacionadas a aspectos estratégicos, de fidelização e atração de clientes e de organização interna”. Informações já são resultados de dados extraídos e organizados de uma forma lógica.

Para qualquer empresa, a informação é ferramenta chave que está diretamente ligada ao controle de processos internos, e seu uso adequado diminui incertezas na tomada de decisões, o que demonstra sua importância para os escritórios de Assessoria Contábil.

A informação tem sua valorização a partir do momento em que é usada com frequência, quanto mais são usadas mais valorizadas torna-se, mas para isso todos os seus usuários devem saber que ela existe, saber também onde ela está organizada, ter acesso a ela e saber utilizá-la da maneira em que atende a necessidade de seus usuários, onde está organizada, ter acesso e saber utilizá-la de maneira que atenda às necessidades de seus usuários.

Em tempos de grande complexidade normativa e alta demanda de serviços fiscais e tributários, a gestão eficiente do emissor e do receptor quanto à informação tributária tornou-se uma atividade estratégica, pois consiste em processos utilizados pelos profissionais da área contábil e em específico da área fiscal, para coletar, organizar, armazenar e transmitir dados fiscais e tributários das empresas. Todos esses dados e informações são direcionados a usuários internos e externos, visto que são transmitidas para os órgãos públicos fiscalizadores e interessados pelas informações.

Para Borgerth (2018, p. 51), “A informação deve, em primeiro lugar, ser considerada útil”. Pois a má gestão das informações pode gerar consequências internas para a empresa por receber ou até mesmo transmitir de maneira incorreta.

Diante disso, toda informação tributária sendo ela recebida ou passada adiante, deve ser tratada com cautela, com gestão eficiente que irá manuseá-la, controlar e organizar para ser entregue em conformidade e qualidade, sendo determinante ao sucesso da empresa, especialmente quando auditada sob

procedimentos técnicos que validam o desempenho durante os processos operacionais realizados.

3. CONTROLE

O controle, dentro da administração de uma organização, é ferramenta essencial para garantir que as ações realizadas estejam alinhadas aos objetivos definidos no planejamento. Similar a um timão que guia um barco em tempos difíceis, o controle possibilita a identificação, correção e a reorganização dos processos internos diante das incertezas do mercado.

Entretanto, não se trata apenas de um recurso técnico. O controle também possui uma dimensão simbólica no âmbito organizacional e social. De acordo com Castro (2018, p. 251), “o controle é visto como um instrumento da democracia”, pois ajuda a promover a transparência, justiça e legitimidade nas ações administrativas. Dessa forma, sua função vai além da simples verificação de resultados, manifestando-se como um sinal de responsabilidade institucional e compromisso ético. À vista disso, Figueiredo e Caggiano (2017, p.11) enfatizam a importância de que,

[...] desenvolver e revisar constantemente os padrões de avaliação de desempenho para que sirvam como guias de orientação aos outros gestores no desempenho de suas funções, assegurando que o resultado real das atividades esteja em conformidade com os padrões estabelecidos.

Esta perspectiva reforça a noção de que o controle deve ser entendido como um processo em constante evolução, focado na melhoria contínua e na sincronia estratégica entre planejamento e execução. Na prática, o controle se revela através de ferramentas como relatórios, indicadores, metas e avaliações periódicas, que ajudam a medir o desempenho e fundamentar decisões com mais precisão. Esses recursos são fundamentais para promover a eficiência, mitigar riscos e garantir eficácia das ações gerenciais.

Nesse sentido, nas organizações que operam em ambientes complexos e voláteis, o controle não se restringe à função de fiscalização. Cada vez mais, exerce um papel orientador e estratégico, sendo um elemento essencial para uma boa governança e sustentabilidade dos resultados organizacionais.

3.1 Controle interno

O controle interno é o conjunto de regras e processos de uma empresa, para garantir seu bom funcionamento, que as informações financeiras sejam confiáveis e que estejam dentro da lei. Como disse Crepaldi (2023, p. 329), "Os controles internos podem ser todas as políticas adotadas pelas empresas com o intuito de mitigar riscos e melhorar processos."

A comunicação e a informação são relevantes nesse sistema de controle interno. Elas ajudam na correta disseminação dos dados para os colaboradores, em todos os níveis da empresa, facilitando na tomada de decisão e no alcance das metas previstas. Desta feita, a eficácia do controle interno depende da clareza, rapidez e precisão das informações que passam. Iudícibus (2020, p. 4) a contabilidade, além de atender aos proprietários das empresas, passou a fornecer informações para usuários externos, como o governo, que utiliza os dados contábeis para fins tributários, evidenciando a importância da qualidade e conformidade das informações fiscais no processo decisório.

Ademais, o controle interno serve como uma ferramenta para reduzir riscos, criando rotinas de checagem, acompanhamento e ajustes quando necessário, propiciando segurança para a empresa, de forma a garantir sua conformidade e continuidade de suas operações. Essas verificações, contribui para disseminar uma cultura organizacional responsável e que preza pelas boas práticas de governança.

4. AUDITORIA

A palavra auditoria tem como origem o latim *audire*, cujo significado é ouvir. Os ingleses adotaram e ampliaram o conceito para *auditing* com um sentido mais voltado para revisão e verificação. Para Lins (2017, p. 3), a auditoria "significa conferência, verificação, análise e avaliação", por isso são diversos motivos que levam as empresas utilizarem serviços de auditorias, além daquelas em que estão obrigadas aos procedimentos de auditoria externa, com atividades listadas na bolsas de valores e/ou de capital fechado consideradas de grande porte.

Observa-se que a principal causa da evolução da Auditoria, foi a evolução da contabilidade, o desenvolvimento do econômico do país, síntese do crescimento das

empresas e da expansão das atividades produtivas, ao gerar uma grande complexidade na administração dos negócios.

A veracidade das informações, o correto cumprimento das obrigações, foram algumas das preocupações que exigiram a opinião de terceiros que não esteja ligado diretamente aos negócios da empresa e que confirmasse, de forma independente, a qualidade e precisão das informações prestadas. Diante desse cenário, a Auditoria será uma ferramenta fundamental para assegurar que as informações tributárias, sejam processadas e utilizadas de forma correta. Conforme descreve Ribeiro e Coelho (2023, p.1),

A auditoria é uma técnica contábil que consiste na verificação da exatidão e fidedignidade dos dados contidos nas demonstrações contábeis, por meio do exame minucioso dos registros de contabilidade e dos documentos que deram origem a eles.

Com o passar do tempo, essa técnica contábil teve seu campo de aplicação ampliado, utilizando-a não só para garantir a veracidade dos dados informados nas demonstrações contábeis, como também para assegurar a veracidade de outras informações e a confiabilidade de procedimentos, ainda que fora da ciência contábil, trata-se aos procedimentos aplicados com o objetivo de avaliar as informações fiscais e o correto cumprimento das obrigações e legislações vigentes.

4.1 Auditoria externa

A auditoria externa é um conjunto de procedimentos técnicos realizados que tem por objetivo emitir uma opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade e demais normas vigentes, observando a legislação específica de acordo com cada caso. Crepaldi e Crepaldi (2023, p. 62) afirmam que,

O objetivo da auditoria externa é o processo pelo qual o auditor se certifica de que as demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa. Assim, o principal objetivo é emitir opinião sobre as demonstrações contábeis de uma entidade, quanto a sua adequação, consoante as normas de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade.

Deste modo, é também afirmado pelos autores Ribeiro e Coelho (2023, p.115) que “[...] o principal objetivo do auditor independente é expressar uma opinião que possibilite aumentar o grau de confiança dos usuários externos em relação às demonstrações contábeis [...]”. E toda essa informação é realizada pelo auditor por

meio de obtenção de evidências confiáveis, que fundamentam sua opinião sobre o objeto auditado.

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 200 (R1) demonstra que a opinião do auditor independente não garante continuidade operacional da entidade, tampouco atesta a eficiência e a eficácia da gestão, exceto algumas situações em que a previsões de leis e regulamentos que podem exigir que o auditor forneça opinião sobre determinados assuntos relevantes que precisam estar devidamente registrados no processo de auditoria.

Conforme é descrito na norma (NBC TA 200, 2016. it. A3,)

[...] A opinião do auditor, portanto, não assegura, por exemplo, a viabilidade futura da entidade nem a eficiência ou eficácia com a qual a administração conduziu os negócios da entidade. Em algumas situações, porém, lei e regulamento aplicáveis podem exigir que o auditor forneça opinião sobre outros assuntos específicos, tais como a eficácia do controle interno ou a compatibilidade de um relatório separado da administração junto com as demonstrações contábeis[...]

Nesta Forma dessa auditoria, a execução de todo o processo é realizada por profissional contador independente e sem qualquer vínculo com a entidade auditada. A importância do auditor independente é significativa tanto para as empresas quanto para os usuários das informações contábeis.

4.2 Auditoria interna

A auditoria interna é uma função essencial para as organizações, uma vez que atua como uma ferramenta de controle, avaliando os processos utilizados na gestão de riscos. Segundo Crepaldi e Crepaldi (2023, p. 46), "a auditoria interna é a atividade de avaliação independente dentro da empresa, para verificar as operações e emitir um relatório sobre elas, sendo considerada um serviço prestado à administração". A auditoria interna vai além de uma simples verificação financeira, abrangendo a análise completa da estrutura organizacional, com o objetivo de oferecer uma visão clara e precisa das possíveis fragilidades que a instituição possa apresentar.

Ademais, conforme estabelecido pela NBC TI 01 (2003, item 12.1.1.3),

A auditoria interna engloba exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para avaliar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e dos controles internos, integrados ao ambiente de

gerenciamento de riscos, com o intuito de apoiar a administração no cumprimento dos objetivos da entidade.

Em síntese, a auditoria interna, particularmente em sua vertente operacional, é fundamental para a eficácia da gestão organizacional, não limitando-se à conformidade normativas, mas, expandindo-se para análise detalhada dos processos, identificando pontos críticos e propondo melhorias.

Ao avaliar a eficiência, eficácia e economicidade das operações, a auditoria interna contribui diretamente para a otimização de recursos e mitigação de riscos. Dessa forma, exerce um papel estratégico na governança corporativa, auxiliando as organizações a alcançar seus objetivos de maneira mais segura e eficiente. Dessa forma, exerce papel estratégico na governança corporativa, auxiliando as organizações a alcançar seus objetivos de maneira segura e eficiente.

4.2.1 Auditoria Interna Operacional

A auditoria interna operacional é uma técnica de processos sistemáticos de avaliação das atividades, processos e operações de uma organização com objetivos de verificar a eficiência da gestão das operações e sua consistência com os planos e metas aprovados. Conforme descreve Crepaldi e Crepaldi (2023, p. 27),

[...] Consiste em revisões metódicas de programas, organizações, atividades ou segmentos operacionais dos setores público e privado, com a finalidade de avaliar e comunicar se os recursos da organização estão sendo usados eficientemente e se estão sendo alcançados os objetivos operacionais.

Diferente da auditoria externa que tem como objetivo analisar a conformidade das informações contábeis, a auditoria interna operacional busca verificar a efetividade e a tempestividade dos controles internos e propor alternativas para melhorar o desempenho operacional e, avaliar o nível de satisfação dos usuários.

Esse tipo de auditoria está centrado em situações empresariais de grandes riscos para a continuidade dos negócios, onde proporciona às organizações recomendações viáveis, capazes de auxiliar na tomada de decisão, corrigir e direcionar no cumprimento das diretrizes, assegurando a eficácia na atuação administrativa dos gestores e organizadores. Neste contexto, destina-se a determinar se a organização submetida ao exame e avaliação opera adequadamente, devendo para tanto, o auditor avaliar as operações da organização, segundo um amplo escopo de objetivos.

Para Lins (2017, p. 8), a auditoria interna operacional busca realizar análises das atividades operacionais desenvolvidas pelas empresas com o intuito de avaliar a relação entre recursos utilizados e os resultados obtidos, e quando necessário, corrigir a aplicação dos recursos para assegurar o uso eficiente e eficaz e alinhar as ações aos objetivos operacionais.

Diante disso, o foco da auditoria interna operacional é a avaliação da eficiência, eficácia, economicidade das atividades, processos e recursos empregados dentro das organizações para auxiliar os gestores, mitigar riscos e propor melhorias nos controles internos quando identificado irregularidades.

4.3 Procedimento de auditoria interna

Os procedimentos de auditoria são atividades estruturadas com o objetivo de examinar a conformidade e a eficácia dos processos, sistemas de controle e operações de uma organização. Esses procedimentos são essenciais para avaliar o grau de aderência aos padrões estabelecidos e identificar eventuais riscos ou falhas nos processos internos.

Segundo a NBC TI 01 (2003, item 12.1.1.4),

A atividade da Auditoria Interna está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios.

De acordo com Castro (2018, p. 241), "procedimento de auditoria é um conjunto de verificações e averiguações previstas num programa de auditoria, que permite obter evidências ou provas suficientes e adequadas para analisar as informações necessárias à formulação e fundamentação da opinião do auditor". Essa definição destaca a importância de seguir uma metodologia rigorosa e sistemática, garantindo que o auditor tenha acesso a dados precisos e relevantes para a emissão de sua opinião.

Os procedimentos de auditoria desempenham um papel fundamental ao ajudar as organizações, garantir que seus processos estejam em conformidade e funcionando de maneira eficiente. Eles não apenas contribuem para o aprimoramento contínuo da gestão, mas também fortalecem os controles internos,

oferecendo à administração informações valiosas para tomar decisões mais informadas e reduzir riscos de forma eficaz.

4.3.1 Diagnóstico

O diagnóstico é uma etapa fundamental em diversos campos do conhecimento, sendo essencial para a identificação de problemas, o entendimento de situações complexas e planejamento de intervenções adequadas. No contexto organizacional, por exemplo, o diagnóstico envolve análise detalhada dos processos e das práticas para identificar falhas, ineficiências e áreas que precisam de melhorias. A partir dessa análise, é possível formular estratégias para corrigir os problemas identificados e otimizar os processos.

No processo de auditoria interna, o diagnóstico tem como objetivo identificar as áreas de risco, as não-conformidades e os pontos críticos que possam comprometer a eficiência dos processos e a conformidade regulatória. Como afirma o Tribunal de Contas da União (2020, p. 67), "é importante aplicar técnicas com a finalidade de traçar diagnóstico a partir da interpretação sistemática das informações coletadas e da identificação dos principais problemas relativos ao desempenho do objeto selecionado". O diagnóstico é, portanto, uma etapa crucial que antecede a tomada de decisões estratégicas e permite a implementação de soluções que favoreçam o bom desempenho e a conformidade organizacional.

A realização de diagnóstico eficaz, requer análise profunda e precisa, além de conhecimento abrangente do contexto e dos objetivos da organização. A partir de uma visão clara das condições atuais, é possível traçar planos de ação que conduzam a melhorias substanciais, levando em conta a realidade da organização e as necessidades do ambiente em que ela está inserida.

4.3.2 Planejamento de Auditoria

Planejamento de auditoria constitui uma etapa essencial do processo de auditoria, estabelece a estratégia geral dos trabalhos que serão executados na entidade a ser auditada. De acordo com a NBC TA 300 (R1) "Planejamento não é uma fase isolada da auditoria, mas um processo contínuo e iterativo, que muitas vezes

começa logo após (ou em conexão com) a conclusão da auditoria anterior, continuando até a conclusão do trabalho de auditoria atual”.

No entanto, o planejamento envolve não apenas a definição do exato momento para a execução de determinadas atividades e procedimentos de auditoria, mas também na organização estratégica para validar que todas as etapas sejam realizadas de forma eficaz, quais precisam ser concluídos previamente à aplicação de etapas subsequentes, evitando assim qualquer impacto negativo no andamento da auditoria.

Diante disso, a ISSAI 3000 - Norma para auditoria operacional (2016, it. 96), cabe o auditor planejar cuidadosamente os seus trabalhos, de modo que pode garantir a qualidade da auditoria, assegurando que ela pode ser conduzida com eficiência, eficácia e economicidade dentro dos prazos determinados. Nesse sentido, a NBC TI 01 (2003, item 12.1.1.3) compreende que

O planejamento do trabalho da Auditoria Interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade (NBC TI 01, 2003, it 12.1.1)

Desta forma, o planejamento considera de forma detalhada os fatores relevantes na execução eficiente dos trabalhos, com especial atenção aos seguintes aspectos conforme a referida norma (NBC TI 01, 2003, it.12.2.1.2)

a) O conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade; b) o conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos e seu grau de confiabilidade da entidade; c) a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, alinhados com a política de gestão de riscos da entidade; d) a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos da Auditoria Interna; e) o uso do trabalho de especialistas; f) os riscos de auditoria, quer pelo volume ou pela complexidade das transações e operações; g) o conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados; h) as orientações e as expectativas externadas pela administração aos auditores internos; e i) o conhecimento da missão e objetivos estratégicos da entidade.

São fatores relevantes e indispensável para a realização do planejamento, pois permite que o auditor desenvolve planos e se prepara para eventuais situações de riscos que pode comprometer a eficácia do seu trabalho, nesse momento é possível analisar limitações no alcance dos procedimentos de auditoria, assim como a responsabilidade do auditor quanto a utilização dos trabalhos de especialistas.

Todos esses procedimentos devem ser devidamente documentados, o que deve conter detalhadamente o que for essencial para a compreensão dos procedimentos a serem aplicados.

4.3.3 Papéis de Trabalho

Os papéis de trabalho constituem o conjunto de documentos preparados e estruturados pelo auditor durante a realização da auditoria. Neles são registrados os procedimentos executados, as análises efetuadas, as evidências obtidas e conclusões alcançadas. Conforme Lins (2017), esses documentos são essenciais para garantir a rastreabilidade e confiabilidade das informações coletadas ao longo do processo.

A principal finalidade desses registros é documentar todas as etapas da auditoria, possibilitando revisão técnica, a comunicação com os responsáveis e a validação da metodologia empregada. Além disso, os papéis de trabalho fornecem suporte para elaboração do relatório final, que deve refletir com precisão a abrangência e profundidade do trabalho realizado.

Segundo a NBC TI 01 (2003), os papéis de trabalho devem reunir os exames, análises e evidências de maneira sistemática, padronizada e suficiente para embasar a opinião do auditor. Sua confecção deve ser clara, organizada e acessível, respeitando os princípios técnicos da auditoria interna e as normas pertinentes.

4.3.4 Relatório de Auditoria e Recomendações

O relatório de auditoria é o documento final que é emitido pelo auditor quando finaliza o seu trabalho, onde apresenta sua opinião profissional e fundamentada sobre os aspectos analisados durante o processo de auditoria. Conforme a NBC TI 01 (2003, it. 12.3.1),

O relatório é o documento pelo qual a Auditoria Interna apresenta o resultado dos seus trabalhos, devendo ser redigido com objetividade e imparcialidade, de forma a expressar, claramente, suas conclusões, recomendações e providências a serem tomadas pela administração da entidade.

Deste modo, o relatório de auditoria deve abordar alguns aspectos importantes que não devem estar ausentes consoante a norma já citada, como o objetivo e a extensão dos trabalhos, a metodologia adotada, os principais procedimentos de auditoria aplicados, eventuais limitações ao alcance dos

procedimentos de auditoria, a descrição dos fatos constatados e as evidências encontradas, os riscos associados aos eventos e por fim, as conclusões e recomendações resultantes das situações encontradas.

Diante disso, as conclusões e recomendações do auditor devem estar embasadas nas evidências encontradas no processo de auditoria. A NBC TA 700 (2016, it. 16) fala sobre a opinião não modificada do auditor, onde ele deve expressar como opinião não modificada quando não houver nenhum aspecto com informações irrelevantes e concluir que o objeto auditado está em conformidade com todos os aspectos relevantes.

Segundo Attie (2018, p. 52) diz que,

A formação da opinião é finalmente o último passo a ser cumprido no processo da auditoria, uma vez que se tenha atendido às fases anteriores. O auditor precisa, neste momento, avaliar a suficiência dos elementos comprobatórios obtidos; deve considerar, portanto, a origem, a forma e o grau de credibilidade dos referidos elementos.

Diante das informações expostas, a NBC TA 705, que trata sobre a modificação da opinião do auditor, o auditor deve modificar sua opinião quando não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir e apresentar distorções relevantes, dignas de serem apontadas pela administração da entidade. São considerados como tipo de modificação na opinião do auditor, opinião com ressalva, opinião adversa e abstenção de opinião.

Portanto, no decorrer da execução da auditoria são encontrados pontos negativos que precisam de recomendações e melhorias e , por isso, o auditor emite um relatório ao final do seu trabalho com recomendações e sugestões de melhorias para os pontos negativos encontrados com a finalidade de correções para chegar ao objetivo desejado da entidade.

5. METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa científica consiste no conjunto de procedimentos sistemáticos que direcionam o raciocínio e os métodos científicos para alcançar os resultados pretendidos. De acordo com Gil (2022, p.18),

As pesquisas podem ser classificadas de diferentes maneiras. Mas para que esta classificação seja coerente, é necessário definir previamente o critério adotado. Com efeito, é possível estabelecer múltiplos sistemas de

classificação e defini-las segundo a área de conhecimento, a finalidade, o nível de explicação e os métodos adotados.

Conforme o autor, a seguir são apresentados os critérios que delineiam esta pesquisa científica de Auditoria Interna Operacional.

5.1 Área do conhecimento

No que tange à área de conhecimento, esta pesquisa está inserida no campo da Contabilidade, considerada uma ciência social aplicada, conforme classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Especificamente, este trabalho se concentra na auditoria interna, área da contabilidade voltado ao exame, avaliação e monitoramento dos controles internos das organizações.

5.2 Finalidade

Quanto à sua finalidade, esta pesquisa é classificada como aplicada, pois, segundo Gil (2019, p. 25), esse tipo de investigação foca na utilização prática dos conhecimentos gerados, buscando soluções imediatas para contextos específicos, em vez de desenvolver teorias universais. Assim, busca-se aplicar os fundamentos da auditoria interna à análise dos controles relacionados às informações tributárias, com objetivo de identificar falhas e oportunidades de melhoria.

5.3 Objetivos

No que se refere aos objetivos, a pesquisa classifica-se como exploratória. Conforme Gil (2019, p. 26), esse tipo de pesquisa tem como principal finalidade “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses a serem testadas em estudos posteriores.” Dessa maneira, a proposta é analisar se os procedimentos adotados pela auditoria interna são eficazes na verificação da existência, uso e controle das informações tributárias, e se há necessidade de adequações nas rotinas da entidade estudada.

5.4 Método empregado

Para a elaboração deste trabalho, será utilizado o método bibliográfico. Segundo Lakatos e Marconi (2021, p. 49), "pesquisa bibliográfica é um tipo específico de produção científica: é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos."

Dessa forma, a pesquisa se fundamentará principalmente em fontes bibliográficas atualizadas, como livros, artigos científicos e normas profissionais, para embasar os procedimentos aplicados pela auditoria interna e sua relevância no controle das informações tributárias.

5.4.1 Método Qualitativo

O método qualitativo é uma abordagem de pesquisa que visa compreender profundamente os fenômenos, focando nas percepções, experiências e contextos dos indivíduos. Segundo Gil (2021, p. 15), "qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação" (STRAUSS; CORBIN, 2008 apud GIL, 2021, p. 15) é caracterizada como qualitativa. Essa abordagem permite explorar os aspectos subjetivos e contextuais dos fenômenos, proporcionando uma compreensão mais rica e detalhada dos processos sociais e organizacionais. Para este trabalho, será adotado o método qualitativo para analisar as práticas e os impactos da auditoria interna na gestão e no controle das informações tributárias, proporcionando uma visão mais ampla e contextualizada dos processos organizacionais.

6. EXECUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INTERNA OPERACIONAL

A execução dos procedimentos de Auditoria Interna Operacional foi realizada no setor fiscal de um escritório de contabilidade localizado no Município de Ji-Paraná – RO, com foco na gestão da informação tributária, especialmente no processo de fechamento do ICMS. A auditoria teve como objetivo avaliar a eficácia dos controles internos aplicados à rotina de recebimentos, conferência e envios das obrigações fiscais aos clientes, deste modo foi considerado os riscos operacionais e a

conformidade com procedimentos adotados internamente pelo escritório e as legislações vigentes.

Durante o período de 25/08/2025 há 30/09/2025, foram aplicados testes de observância e inspeção documental, conforme a NBC TI 01 – Auditoria Interna, além de outros procedimentos adotados, como observação, investigação, checklist de verificação, papéis de trabalho, matriz de achados e entrevista com os colaboradores do setor fiscal. Para a base amostral, considerou-se períodos de análise de 12 meses, onde foi verificado a fidedignidade das informações transmitidas aos órgãos competentes e aos clientes. Neste aspecto, os procedimentos de auditoria aplicados nos documentos fiscais relacionados ao ICMS foram essenciais para verificar os pontos relevantes entre Conforme, Não Conforme e Parcialmente Conforme nos controles internos da empresa.

6.1 Fluxograma dos processos de fechamento do ICMS

Os procedimentos foram executados conforme o plano de auditoria previamente estabelecido. Para iniciar os procedimentos, foi realizado um fluxograma de verificação de recebimentos de informações fiscais no processo de fechamento do ICMS, onde foram relacionados as etapas, as atividades desenvolvidas, os responsáveis e um ponto de controle no qual demonstra ter mais atenção para ser auditado.

Tabela 1 - Fluxograma dos processos de fechamento do ICMS.

Etapas	Atividades desenvolvidas	Responsável	Ponto de Controle
Abertura do período (mensal)	Comunicação com os clientes sobre os prazos	Cliente	-
1- Definição de prazos para recebimento de docs	Definir os prazos de envios, para que não seja em cima da hora	Setor Fiscal	PC1- Prazo
2- Recebimentos das informações físicas	Notas fiscais recebidas, (office boy) arquivos xml recebidos (e-mail)	Setor Fiscal	PC2- Controle de recebimentos
3- Recebimentos das informações digitais	Importação direto do sistema, por API	Setor Fiscal	PC3- Verificação do XML

4- Conferência e organização	Separação por tipo de notas, verificação dos xmls	Setor fiscal	-
5- Validação das informações	Verificação com o sistema, conformidades das informações fiscais (CST, CFOP), validação de ausência de nfs	Setor Fiscal	-
6- Aviso de erros	Comunicação de erros, por e-mail, mensagem ou ligação	Setor Fiscal	PC4- Registro de Comunicação
7- Importação para o sistema Domínio, os docs digitais	Importação para do Domínio sistemas, conferências na escrituração fiscal	Setor Fiscal	PC5- Importação automatizada correta
8- Conferência junto ao sistema	Conferências se foram feitos lançamentos corretos e importação correta	Setor Fiscal	PC6- Conformidade cadastral
9- Apuração do ICMS	Apuração do imposto devido, verificação do crédito e débito, conformidade diante da legislação, transmissão do SPED ICMS	Setor Fiscal	PC7- Validação necessária, relatórios de conferências
10- Envio das informações para o cliente	Relatório de apuração, guia de pagamento e aviso sobre prazo de recolhimento	Setor Fiscal	PC8- Confirmação de recebimento e controle de vencimento
11- Arquivo e Protocolo	Organização dos documentos digitais, arquivo no servidor interno e registro no controle interno.	Setor Fiscal	PC9- Checklist dos envios e protocolos

Fonte – Elaborado pelos autores, 2025.

O fluxograma aplicado durante a auditoria demonstrou-se uma ferramenta fundamental para o mapeamento dos processos operacionais e identificação dos pontos de controle que demandavam maior atenção por parte do escritório contábil. A partir da estrutura visual dos procedimentos, foi possível localizar as etapas críticas e os respectivos controles internos associados. Com base nesses pontos de controle, foram executados os procedimentos de auditoria com foco na verificação da conformidade, exatidão e eficácia dos controles adotados, permitindo a proposição de melhorias ou a validação da eficiência dos mecanismos já implementados.

6.2 Aplicação do checklist de verificação

O checklist foi estruturado com base nas etapas operacionais do processo de fechamento do ICMS, abrangendo desde o recebimento de documentos até o envio das guias aos clientes. Cada item de controle foi avaliado quanto à sua conformidade, com base em critérios legais e normativos, como o RICMS/RO.

Tabela 2 – Principais Pontos de Controles

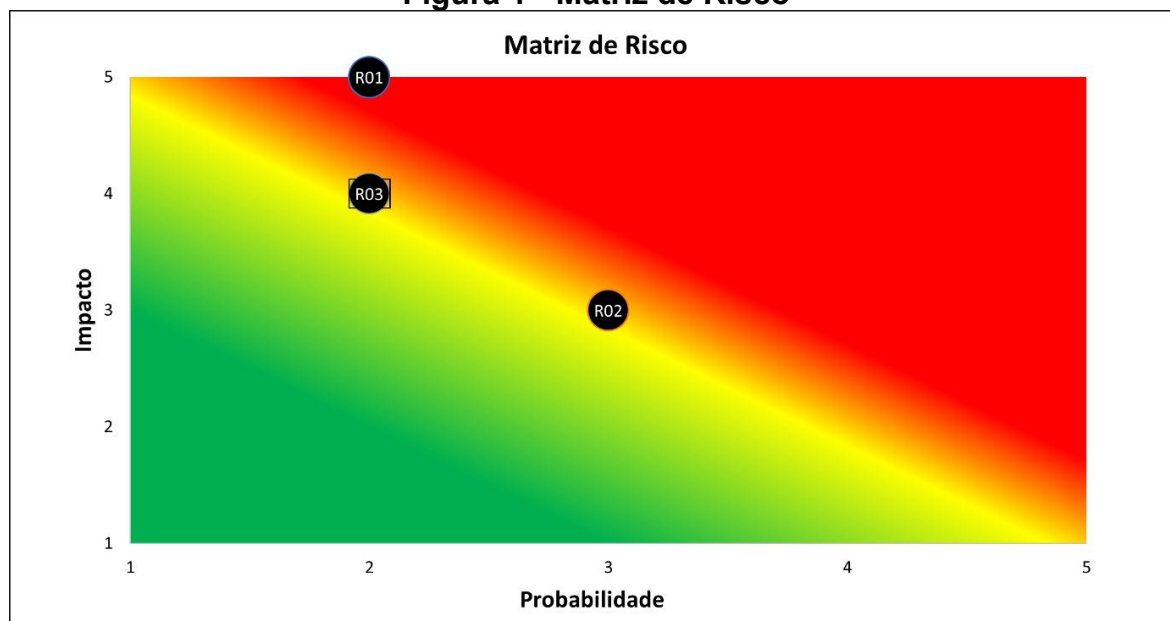
PC1	Definição de prazos para recebimento dos documentos
PC2	Completeness das informações recebidas
PC3	Aviso de erros
PC4	Importação para o sistema Contábil Domínio
PC5	Conferência junto ao sistema
PC6	Apuração do ICMS
PC7	Envio das informações para o cliente (guias).
PC8	Arquivo e Protocolo

Fonte – Elaborado pelos autores, 2025.

Esses pontos de controles foram os principais encontrados, sendo registrados e analisados com base em evidências documentais e observações *in loco*, permitindo avaliação precisa da conformidade dos procedimentos.

Para a classificação dos pontos de controles (PC), adotou-se a Matriz de Risco para definir dentro os pontos de controles (PC1 – PC8), o que mais pode causar impacto por uma eventual falta de controle interno por parte dos colaboradores do departamento fiscal. A Matriz de Risco definiu probabilidade (1-5) e impacto (1-5), por PC. A magnitude do risco foi então classificada em categorias como **ALTO**, **MÉDIO/BAIXO**, o objetivo foi de identificar, classificar e avaliar os principais riscos inerentes aos processos operacionais.

Figura 1 - Matriz de Risco



Fonte – Elaborado pelos autores, 2025.

Dentre os riscos mapeados, destaca-se o R01 (Deixar de enviar as guias de recolhimento de ICMS), vinculado ao processo PC7 (Enviar guias corretamente dentro dos prazos determinados pelo controle interno do escritório). Este risco apresenta probabilidade 2 (baixa), impacto 5 (muito alto) e magnitude (alto), apesar da baixa probabilidade, o impacto é significativo e considerado crítico, pois envolve consequências irreversíveis ou com custos elevados.

A escolha do risco R01 como foco principal da análise se justifica pela severidade de suas consequências. Em gestão de riscos, é comum priorizar riscos com alto impacto, mesmo que sua probabilidade seja reduzida, especialmente quando envolvem obrigações legais e prazos regulatórios.

Complementarmente, a tabela 3 traduz o mesmo resultado considerado na figura 1, posicionando os pontos de controles definidos.

Tabela 3 - Consolidação da Matriz de Risco (Probabilidade x Impacto)

PC	Risco	Probabilidade	Impacto	Magnitude
PC7	Deixar de enviar guias de recolhimento de impostos	2	5	ALTO
PC2	Envio e Recebimento de informações por canais diferentes	3	3	MEDIO/ALTO
PC6	Apuração indevida de impostos	2	4	MEDIO/ALTO

Fonte – Elaborado pelos autores, 2025.

O PC7 foi o considerado de maior risco, devido a sua magnitude ser em uma escala ALTA, por fim, foi desenvolvido o trabalho em cima dos pontos de controles definidos por meio do checklist de verificação e concentrado principalmente no PC7 para uma análise mais específica e buscar soluções de melhoria para os controles internos do escritório.

6.3 Elaboração dos papéis de trabalho

Cada uma dessas etapas foi documentada por meio de papéis de trabalho específicos (WP.01 a WP.09), foram utilizados tópicos para chegar em uma análise mais precisa como, descrição da situação encontrada, critério de auditoria, recomendações, classificação de conformidade (C, PCo e NC), possíveis causas e efeitos encontrados.

Esses registros permitiram rastrear as evidências coletadas e fundamentar as conclusões da auditoria com base em observações reais e documentais. A seguir, apresenta-se a síntese dos achados:

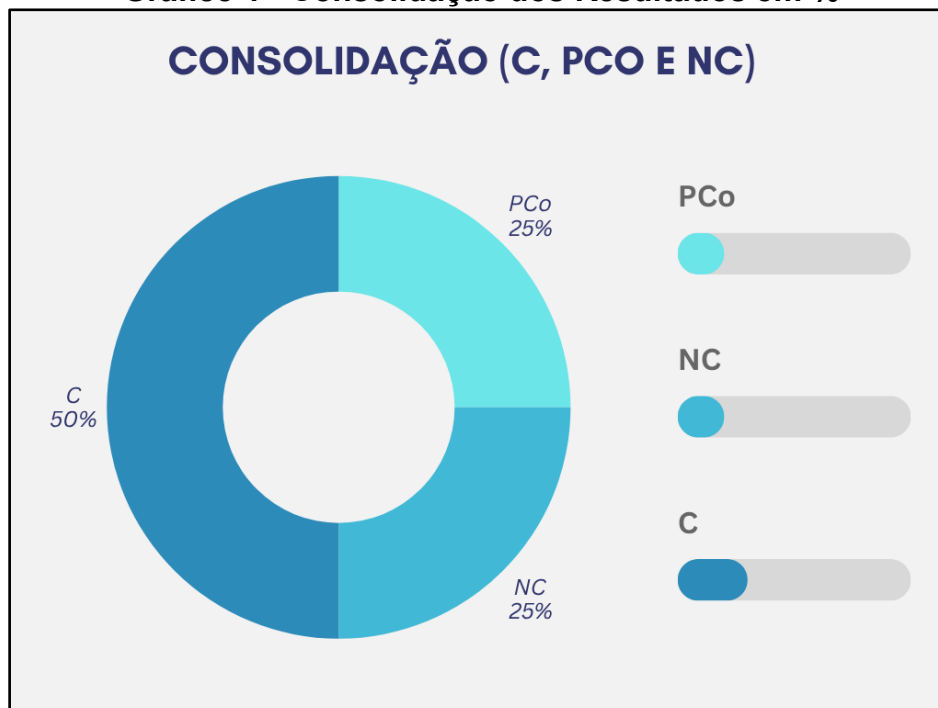
Figura 2 - Resultado dos papéis de trabalho

Nº Achados	Achados	Situações (C, PCo e NC)	Riscos
A.01	Procedimentos de Notificação em Caso de Descumprimento de Prazos.	Parcialmente Conforme (Pco)	Risco de perda de prazo e penalidades fiscais
A.02	Ausência de Controle Formal sobre o Recebimento de Documentos Fiscais	Conforme (C)	Nenhum risco identificado
A.03	Ausência de Controle de Prazos para Retorno de Correções Fiscais.	Não Conforme (NC)	Risco de entrega fora do prazo e retrabalho
A.04	Parametrização Atualizada e Controle de Inconsistências no Sistema Domínio.	Conforme (C)	Nenhum risco identificado
A.05	Verificação de Conformidade entre Documentos Fiscais e Sistema Contábil.	Parcialmente Conforme (Pco)	Risco de erros não detectados automaticamente
A.06	Regularidade na Apuração do ICMS e Controles de Responsabilidade.	Conforme (C)	Nenhum risco identificado
A.07	Transparência e Controle na Entrega de Guias e Informações.	Não conforme (NC)	Risco de descumprimento tributário e prejuízo financeiro
A.08	Segurança e Acessibilidade no Armazenamento de Documentos Fiscais.	Conforme (C)	Nenhum risco identificado
A.09	Eficiência do Sistema Contábil nas Demandas Operacionais, Fiscais e Contábeis.	Conforme (C)	Nenhum risco identificado

Fonte – Elaborado pelos autores, 2025

Na sequência, será demonstrado por meio de gráficos os dados dos procedimentos analisados com base na consolidação dos resultados da auditoria.

Gráfico 1 - Consolidação dos Resultados em %



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Em interpretação ao gráfico, observa-se que 50% dos achados estão em conformidade (C), enquanto 25% são classificados como parcialmente conforme (PCo) e 25% como não conforme (NC).

Essa distribuição revela que, embora exista uma base sólida de procedimentos bem estruturados, destacando-se os achados A.02, A.04, A.06, A.08 e A.09, ainda há pontos críticos que demandam atenção por parte da empresa. Metade dos achados apresentam falhas ou ausência de controles formais, o que reforça a necessidade de priorização dos itens classificados como PCo e NC em um plano de ação estruturado. Entre eles, o achado A.07 merece destaque por sua relevância: durante o período de 12 meses analisado, foi identificado um prejuízo financeiro de R\$4.378,17 para o escritório, decorrente de falhas nos controles internos relacionados aos procedimentos operacionais.

Os resultados demonstram predominância de conformidade (50%), mas também evidenciam a existência de controles que precisam ser aprimorados. A análise indica que, embora os processos de fechamento e envio das guias de ICMS sejam, em grande parte, eficientes, é necessário fortalecer as rotinas internas para

garantir maior confiabilidade e segurança nas operações realizadas pelos colaboradores do escritório contábil.

Consoante ao apresentado na figura 02, é possível identificar e concluir que o achado de auditoria A.07 – Transparência e Controle de entregas de guias e informações, tem o maior impacto e risco para a empresa de Assessoria Contábil. Identificou-se a não conformidade deste achado, por meio de evidências que comprovam falhas nos controles internos da empresa que causaram um prejuízo financeiro considerável de R\$ 4.378,17 após análise de controles de 12 meses.

Para fundamentar a opinião da auditoria, têm-se os papéis de trabalho, qual formulou-se a seguinte questão norteadora: Q1. A aplicação do procedimento de auditoria interna contribui para a melhoria da gestão de uma empresa de assessoria contábil no Município de Ji-Paraná?

Com esteio na questão norteadora, tem-se os achados de auditoria, quais foram documentados nos *Working Papers* (papéis de trabalho) delineados em condições encontradas, critérios, causas, efeitos e evidências, fulcro para as recomendações e conclusão da auditoria, conforme evidenciado no Quadro 1, um dos achados de auditoria com maior relevância encontrada.

Quadro 1 - PC 07 - As informações enviadas ao cliente são claras e objetivas, e há confirmação de recebimento das guias e demais comunicações?

WP. 07 - Falha no controle de envio e confirmação de recebimento das guias fiscais, com risco de descumprimento tributário.
Objeto: Controles internos da gestão da informação tributária
Escopo: Avaliar a gestão da informação tributária da empresa, com enfoque nos controles internos relacionados ao tratamento dessas informações, considerando os registros de envios e recebimentos. Serão analisados os procedimentos realizados para o cumprimento das obrigações tributárias e a conformidade das rotinas operacionais no escritório, verificando a consistência e a confiabilidade das informações geradas e transmitidas.
Objetivo do trabalho: Analisar os procedimentos de controle aplicados na gestão da informação tributária em uma empresa no Município de Ji-Paraná-RO.
Q1. A aplicação do procedimento de auditoria interna contribui para a melhoria da gestão de uma empresa de assessoria contábil no Município de Ji-Paraná?
CONTROLE INTERNO

WP. 07 - Falha no controle de envio e confirmação de recebimento das guias fiscais, com risco de descumprimento tributário.	
- Verificar resposta no checklist de verificação do ICMS, se a resposta for sim, solicitar cópia do documento. Se a resposta for não, fazer recomendação para que se realize.	
Procedimento de auditoria interna operacional adotado: Observações, Investigação e Confirmação.	
Situação encontrada: Foi identificado que o escritório utiliza sistema eletrônico para envio de guias de impostos e documentos fiscais, permitindo aos clientes acesso para conferência e controle de prazos. A comunicação complementar é realizada via WhatsApp. No entanto, não há confirmação sistemática de recebimento por parte dos clientes, exceto quando previamente avisados. A verificação de visualização depende de consulta manual ao sistema. Durante a análise, foi constatada uma falha no controle de envio das guias de ICMS: uma guia foi marcada como enviada, mas não foi efetivamente transmitida ao cliente, evidenciando fragilidade nos controles internos e risco de descumprimento das obrigações fiscais.	Critério de Auditoria: Art. 6º, III, Lei nº 8.078/1990 (Código do Consumidor)
	Possíveis causas: Uso de sistema com rastreabilidade de envio e visualização, pois permite monitorar as etapas como, envio, entregas, visualização o que é uma boa prática. Comunicação complementar via WhatsApp, falhas operacionais na marcação de guias enviadas no controle físico na planilha e falha na conferência.
	Possíveis efeitos: Maior controle sobre envios de documentos, permite saber se o cliente visualizou ou não ajudando na prevenção de falhas, pagamento de juros e multa por atraso, risco de reincidência.
Evidências: O sistema utilizado pelo escritório registra automaticamente o envio de documentos aos clientes, com monitoramento das etapas de entrega, visualização e pagamento, conforme evidenciado no checklist PC7. No entanto, como não há confirmação direta dos clientes sobre o recebimento, o escritório adota a prática de verificar manualmente, três dias antes do vencimento, se o documento foi visualizado, a fim de evitar falhas. Apesar desse controle, foram identificadas falhas internas que resultaram no processamento incorreto de envios de guias de ICMS, marcadas como enviadas sem efetiva transmissão. Isso gerou a necessidade de retificação e	

ocasionou prejuízos financeiros ao escritório, que arcou com juros e multas.	
Recomendações: Antecipar a rotina de conferência para mais de três dias antes do vencimento, implementar um processo formal de confirmação de recebimento por parte dos clientes, validação dupla entre os colaboradores por meio de planilha, elaborar manual de boas práticas, treinamento entre colaboradores e estabelecer uma rotina fixa de conferência desses procedimentos.	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

O WP-07 refere-se ao papel de trabalho elaborado com o objetivo de avaliar a existência e a efetividade dos controles relacionados à entrega de documentos fiscais, com ênfase nas guias de ICMS. A análise das evidências obtidas durante a auditoria revelou que, embora existam mecanismos de controle implementados, ainda persistem falhas nos processos internos que têm resultado em prejuízos financeiros para o escritório contábil. Tais fragilidades indicam a necessidade de aprimoramento dos controles formais, com adoção de procedimentos estruturados e sistemáticos que assegurem a rastreabilidade, confirmação de envio e o cumprimento dos prazos legais.

6.4 Relatório de auditoria e recomendações

Posterior à execução dos procedimentos de auditoria interna, elaborou-se relatório que descreveu as condições encontradas dos achados no percurso da auditoria, bem como as evidências e recomendações.

Os achados foram evidenciados através de checklist de verificação de auditoria aplicado, evidências obtidas dentro do escritório, e disponibilizadas para investigar por meio do contador responsável.

Os procedimentos de auditoria aplicados, foram fundamentados nos critérios estabelecidos na Lei Complementar n. 87/1996 (Lei Kandir – ICMS); Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCs, especialmente a NBC T1 01- Auditoria Interna, além da legislação Estadual de Rondônia referente ao ICMS RICMS/2018, e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018);

A partir do confronto entre condição e critérios e da evidenciação de cada achado de auditoria e ainda, das causas e efeitos dos achados foram elaboradas as

recomendações de auditoria. Conforme Quadro 2, com os seguintes achados de auditoria:

Quadro 2 - Achados de auditoria

Achados Regularizados	Achados Pendentes
A.02 - Ausência de Controle Formal sobre o Recebimento de Documentos Fiscais. A.04 - Parametrização Atualizada e Controle de Inconsistências no Sistema Domínio. A.06 - Regularidade na Apuração do ICMS e Controles de Responsabilidade. A.08 - Segurança e Acessibilidade no Armazenamento de Documentos Fiscais. A.09 - Eficiência do Sistema Contábil nas Demandas Operacionais, Fiscais e Contábeis.	A.01 - Procedimentos de Notificação em Caso de Descumprimento de Prazos. A.03 - Ausência de Controle de Prazos para Retorno de Correções Fiscais. A.05 - Verificação de Conformidade entre Documentos Fiscais e Sistema Contábil. A.07 - Transparência e Controle na Entrega de Guias e Informações. Situação encontrada

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Na perspectiva de melhorias na gestão da informação tributária, em especial aos processos de fechamento do ICMS, foram sugeridas recomendações para cada um dos achados encontrados, conforme consta no Quadro 3 apresentado.

Quadro 3 - Das recomendações dos achados de auditoria

- A.01 - Recomenda-se** a implementação de controles formais, com definição clara de prazos, registro e comunicação estruturada com o cliente, além de adoção de ferramentas que ajudem no monitoramento e prevenção do risco, como controle em planilha ou até mesmo lembrete por canal de WhatsApp.
- A.02 - Recomenda-se** implementar um protocolo de recebimentos de documentos físico, podendo ser planilhas, checklist com informações como: Data de recebimento, tipo de documento, competência, responsável pela entrega e recebimento.
- A.03 - Recomenda-se** implementar um controle de correções fiscais com registro da data de comunicação, prazo para o limite de retorno e evidência de resposta do cliente, esse controle pode ser feito via planilhas ou até mesmo por e-mail.
- A.04 - Sem recomendações.**
- A.05 - Recomenda-se** implementar uma rotina formal de revisão periódica dos dados fiscais importados via API, com registro da conferência, mesmo quando não há alertas de erro. Essa revisão pode ser feita semanal ou mensalmente, com checklist simples.
- A.06 - Sem recomendações.**

A.07 - Recomenda-se antecipar a rotina de conferência para mais de três dias antes do vencimento, implementar um processo formal de confirmação de recebimento por parte dos clientes, validação dupla entre os colaboradores por meio de planilha, elaborar manual de boas práticas, treinamento entre colaboradores e estabelecer uma rotina fixa de conferência desses procedimentos.

A.08 - Sem recomendações.

A.09 - Recomenda-se participar de treinamento para capacitação de colaboradores e revisões mensais no sistema para verificar se está de acordo com as atualizações.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Em virtude de os achados negativos serem relevantes, porém não generalizados, com fulcro na Norma Brasileira de Contabilidade TA 705, que trata da opinião modificada, opinou-se com ressalvas.

Considerou-se os achados positivos que demonstram a existência de controles internos sobre a gestão da informação tributária no escritório de contabilidade, qual constam controles internos adotados de maneira eficientes, automatização de sistemas que ajudam na rotina operacional, segurança e acessibilidade aos documentos armazenados, segregações de funções e regularidade na apuração do ICMS.

E dos achados negativos, dentre eles a Transparência e Controle na Entrega de Guias e Informações aos clientes, bem como a falta de aprimoramento nos controles internos para assegurar maior confiabilidade das informações, e ainda ausência de auditorias internas operacionais para prevenção e correção das irregularidades no escritório, principalmente no setor fiscal, o que incorre em deficiências nos controles internos. Da conclusão da auditoria pode-se identificar os seguintes pontos positivos e negativos dos controles internos instituídos.

Quadro 4 - Pontos Fortes e Pontos Fracos identificados

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
- Sistema contábil de alta capacidade, para atender as demandas dos serviços operacionais. - Atendimento personalizado, onde consegue atender diversos segmentos. - Sistemas automatizados para entregas de documentos e informações importantes. - Mitigação de Retrabalho e Recálculo de impostos.	- Não ter um sistema onde possa conferir de forma automatizada os envios das obrigações, onde não lembra o cliente nas vésperas de vencimento das guias. - Riscos de deixar de enviar guias de impostos, onde possam ocorrer prejuízos como multas e penalidades. - Falta de segurança da informação, como a complexidade da legislação Tributária.

- Parametrização atualizada do sistema Contábil - Regularidade na apuração do ICMS	- Falhas encontradas no controle de documentos, protocolo. - Dependência de tempo para realização de treinamentos. - Envio e Recebimento de informação em diversos canais (Whatsapp, Email, NIBO)..
---	---

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Avaliou-se, portanto, que os métodos e procedimentos de controles internos empregados da gestão da informação tributária em um escritório de contabilidade, possuem deficiências quais devem ser mitigadas, visto o prejuízo financeiro causado evidenciados por esta auditoria, deve assegurar a credibilidade juntos aos clientes, na qual a empresa prestadora de serviços contábeis.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como propósito avaliar a eficácia dos controles internos aplicados à gestão da informação tributária em um escritório de contabilidade localizado no município de Ji-Paraná – RO, com enfoque no processo de fechamento do ICMS. A auditoria interna operacional desenvolvida possibilitou compreender de forma prática e sistematizada a importância da estruturação e do monitoramento contínuo dos procedimentos fiscais e contábeis, assegurando maior confiabilidade e transparência nas informações transmitidas aos órgãos competentes e aos clientes.

Durante a execução dos procedimentos, verificou-se que a empresa apresenta base tecnológica adequada, com utilização de sistemas automatizados e integração de processos que favorecem a agilidade e padronização das rotinas fiscais. Contudo, a análise dos achados de auditoria evidenciou fragilidades em determinados controles internos, especialmente na etapa de envio e confirmação de recebimento das guias fiscais, o qual demonstra a necessidade de aprimoramento das práticas operacionais e da comunicação com os clientes.

Os resultados obtidos demonstraram que 50% dos achados apresentaram conformidade, 25% foram classificados como parcialmente conformes e 25% como não conformes. Essa distribuição revela um cenário equilibrado, porém ainda carente de aperfeiçoamentos em alguns processos críticos. Dentre os achados mais relevantes, o A.07 destacou-se por seu impacto direto na gestão da informação

tributária, tendo ocasionado prejuízo financeiro de R\$4.378,17 em decorrência de falhas no controle de envio e confirmação de recebimento das guias de ICMS. Tais ocorrências reforçam a importância de controles formais, de auditorias internas contínuas e de treinamentos voltados à padronização das rotinas operacionais.

Com base nas evidências coletadas e na aplicação dos procedimentos de auditoria previstos na NBC TI 01 – Auditoria Interna e na NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente, conclui-se que os controles internos da empresa avaliada demonstram eficiência parcial, sendo considerados adequados, porém insuficientes para garantir plena conformidade e segurança das informações tributárias. A análise evidenciou que os métodos de controle adotados são eficazes em parte, mas necessitam de fortalecimento no que tange à rastreabilidade das informações, validação de prazos e formalização dos protocolos de comunicação com os clientes.

Os objetivos propostos neste trabalho foram plenamente alcançados, visto que foi possível avaliar os controles internos do setor fiscal, identificar falhas e propor recomendações voltadas à melhoria dos processos de gestão tributária. O relatório final de auditoria foi apresentado à empresa objeto do estudo, que demonstrou interesse na implementação de parte das recomendações sugeridas, reconhecendo a relevância prática dos resultados para o aprimoramento de suas rotinas operacionais.

Em termos de relevância acadêmica e profissional, esta pesquisa proporcionou aos autores uma vivência prática dos conceitos estudados na disciplina de Auditoria, contribuindo de forma significativa para o aprofundamento do conhecimento técnico e o desenvolvimento de competências analíticas e críticas. Além disso, o estudo reforça a importância da aplicação dos princípios da auditoria interna como instrumento de gestão, prevenção de riscos e melhoria contínua dentro das organizações contábeis.

8. REFERÊNCIAS

ATTIE, William. **Auditoria Conceitos e Aplicações**, 7ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. E-book. pág.52. ISBN 9788597017229. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597017229/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BARRETO, Jeanine S.; ZANIN, Aline; MORAIS, Isabelly S.; e outros. **Fundamentos de segurança da informação**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. pág.23. ISBN 9788595025875. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025875/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Manual de auditoria operacional**. 3.ed. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (Seprog), 2010. Disponível em: portal.tcu.gov.br. Acesso em: 22.06.2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (Código de Defesa do Consumidor)**.

Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 set. 1990. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm. Acesso em: 26 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (**Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD**). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago.

2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 26 out. 2025.

BORGERTH, Vania Maria da C. SOX: **entendendo a Lei Sarbanes-Oxley – um caminho para a informação transparente**. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2018. E-book. pág.51. ISBN 9788522126040. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522126040/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, **Contabilidade e Controle Interno no Setor Público**, 7ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. E-book. p.251. ISBN 9788597018455. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597018455/>. Acesso em: 09 jun. 2025.

CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, **Contabilidade e Controle Interno no Setor Público**, 7ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. E-book. p.251. ISBN

9788597018455. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597018455/>. Acesso em: 09 jun. 2025.

CREPALDI, Silvio A.; CREPALDI, Guilherme S. **Contabilidade Gerencial - Teoria e Prática**, 8ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. pág.8. ISBN

9788597011654. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597011654/>. Acesso em: 08 jun. 2025.

CREPALDI, Silvio A.; CREPALDI, Guilherme S. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 12. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.329. ISBN 9786559775002.

Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775002/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). Resolução CFC nº 1.282, de 28 de maio de 2010. **Aprova a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília, DF: CFC, 2010.

Disponível em: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=112554>. Acesso em: 26 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TA 200 (R1) – **Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria**. 19 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.cfc.org>.

Acesso em: 18.06.2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TI 01 - **Da Auditoria Interna**. 28 de novembro de 2003. Disponível em: Acesso em: 18.06.2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TA 300 (R1) –

PLANEJAMENTO DA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <https://www.cfc.org.br>. Acesso em: 22.06.2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). NBC TA 315 – **Identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da**

entidade e do seu ambiente. Brasília, DF: CFC, [s.d.]. Disponível em:
<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>. Acesso em: 26 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TA 705 – **MODIFICAÇÕES NA OPINIÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE**. Brasília: CFC, 17 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.cfc.or>. Acesso em: 22.06.2025.

DECRETO Nº 22.721, de 5 de abril de 2018. **Aprova o Regulamento do ICMS do Estado de Rondônia – RICMS/RO**. Diário Oficial do Estado de Rondônia, Porto Velho, RO, n. 62, 5 abr. 2018. Disponível em: <https://legislacao.sefin.ro.gov.br.> Acesso em: 26 out. 2025.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo C. **Controladoria: Teoria e Prática**. 5. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. p.11. ISBN 9788597010794. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597010794/>. Acesso em: 09 jun. 2025.

GIL, Antonio C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. p.15. ISBN 9786559770496. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770496/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial - Da Teoria à Prática**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2020. E-book. pág.4. ISBN 9788597024197. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024197/>. Acesso em: 08 jun. 2025.

LINS, Luiz dos S. **Auditoria**, 4ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. pág.3. ISBN 9788597011807. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597011807/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MARION, José C. **Contabilidade Básica**. 13. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p.23. ISBN 9786559773220. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773220/>. Acesso em: 07 jun. 2025.

MONTOTO, Eugênio; LENZA, Pedro. Coleção Esquematizado - **Contabilidade Geral e Avançada** - 9ª Edição 2025. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book.

pág.8. ISBN 9788553624393. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624393/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

RIBEIRO, Osni M.; COELHO, Juliana Moura R. **Auditoria**. (Série em foco). 4. ed.

Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2023. E-book. p.1. ISBN 9788571442481. Disponível

em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788571442481/>. Acesso em: 15 jun. 2025.